

ATA DA XII REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS

Às dez horas e seis minutos do dia quinze de outubro, do ano de dois mil e três, teve início a 12ª Reunião Extraordinária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH, realizada no Auditório 1, IBAMA Sede, em Brasília – DF. Conforme previsto no artigo 5º, parágrafo 1º, do Regimento interno do CNRH, o Dr. Julio Thadeu Silva Kettelhut foi convidado a dar início aos trabalhos, devido a ausência da Ministra Marina Silva, Presidente do CNRH, e do Secretário Executivo, Dr. João Bosco Senra. O Dr. Julio Thadeu teceu comentários sobre a pauta, destacando a palestra a ser proferida por representante da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca. Após convidar para compor a mesa o Dr. Luiz Cláudio Figueiredo e o Dr. Roberto Monteiro, da Secretaria Executiva do Conselho, para auxílio na condução dos trabalhos, declarou aberta a sessão, após informado sobre o quorum suficiente para o início dos trabalhos. Solicitou a leitura da Ordem do Dia e, prosseguindo, consultou o Plenário sobre a existência de algum requerimento em caráter de urgência ou proposta de alteração de pauta (**Anexo I**). A Conselheira Ninon Machado, representante das ONGs, pediu a palavra e informou que estava coletando as assinaturas necessárias para a apresentação de um requerimento de urgência para proposição de alteração do Decreto nº 4.613, de 11 de março de 2003. O Dr. Julio Thadeu recomendou que a conselheira continuasse a coleta das assinaturas e, após, trouxesse à mesa para deliberação da Plenária e inclusão na Ordem do Dia. Com a chegada do Dr. João Bosco Senra, Secretário de Executivo do CNRH, o Dr. Julio Thadeu passou a coordenação dos trabalhos. O Dr. João Bosco comentou sobre a ordem do dia e perguntou se todos estavam de acordo. Com o assentimento, passou ao **Item 1** da pauta - aprovação das Atas da IX Reunião Ordinária e XI Reunião Extraordinária do CNRH. Após consulta ao plenário e recebimento de sugestões de correções, as atas foram aprovadas. **Item 2** da pauta: apresentação sobre “Aquicultura – Interfaces com recursos hídricos” – Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca. Na oportunidade, foi convidado o Dr. Bruno Dayrell de Lima, representante da Secretaria, que proferiu palestra sobre o tema. Após a apresentação, o Secretário João Bosco comentou sobre a oportunidade da palestra e sua interface com os recursos hídricos e deu início aos debates. A Conselheira Ninon Machado cumprimentou o Dr. Dayrell pela palestra e comentou sobre os impactos da aquicultura, destacando eventuais conflitos entre os usuários da água; solicitou àquela Secretaria que recebesse os membros da sociedade civil para estudo de trabalhos em conjunto. O Conselheiro José Alberto Wenzel, CERH do Rio Grande do Sul, relatou a existência, no seu estado, de forte pressão para o cultivo de espécies exóticas em detrimento das espécies nativas e, também, sobre a utilização de tanques rede. O Conselheiro Luiz Fernando Schettino, CERH do Espírito Santo, denunciou atividades de pesca predatória por barcos internacionais e de outros estados e pediu atenção e providências para essas questões. Sobre a produção de pescado em águas interiores, recomendou a participação e envolvimento dos municípios e, ao final, demonstrou preocupação com a exploração de espécies exóticas e com a importação de tecnologias. O Dr. Bruno disse que todos os pontos levantados pelos Conselheiros são oportunos e, em sua maioria, estão sendo trabalhados pela Secretaria de Aquicultura e Pesca. Concordou que a pesca em áreas territoriais carece de maior fiscalização e destacou a preocupação da Secretaria com a formação de corpo técnico e aprimoramento do nível de tecnologia para a fiscalização. O Conselheiro Hyperides Macedo, representante do Ministério de Integração Nacional, comentou que a EMBRAPA deveria também se ocupar com pesquisas sobre pescado; também destacou a importância de tecnologias modernas para a atividade de aquicultura. Opinou que o credenciamento do IBAMA exigido aos pescadores para exercer sua atividade em reservatórios públicos também poderia ser emitido pelos órgãos estaduais competentes. Sobre este assunto, o Dr. Dayrell informou que a nova lei da pesca prevê que pescadores artesanais poderiam pescar em açudes específicos para a categoria. O Conselheiro Maurício Meirelles, representante do Ministério da Defesa, recomendou que não é apropriado utilizar a expressão “extrativismo” no mar, sugeriu a palavra “captura”.

55 Sobre a fiscalização comentada, informou que o IBAMA é o responsável por ela, com a
56 participação da Marinha. Informou que não existe impedimento para a pesca de barcos
57 nacionais em outros estados. O Conselheiro Felipe Matarazzo Suplicy, representante da
58 Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, lembrou que a FAO recomenda a produção de
59 pescado como fonte de alimentação de qualidade. Disse que devemos sempre aprender
60 com os erros passados. Comunicou que estão sendo estabelecidas regras claras como
61 forma de facilitar o desenvolvimento do setor, inclusive com a elaboração de códigos de
62 conduta. Disse que a participação dos municípios está sendo dinamizada nas Conferências
63 que estão sendo realizadas. Sobre a introdução de espécies exóticas, citou que a revisão
64 do Decreto nº 2.869 deve incluir sua proibição. Fez relato sobre a introdução da
65 aquicultura em assentamentos da reforma agrária. Encerrando, informou que pela
66 primeira vez a atividade da carcinocultura está superando a demanda nacional. Sobre a
67 EMBRAPA, reconheceu que problemas orçamentários estão impedindo que o órgão crie
68 um centro específico para pesquisa sobre pescado. O Dr. João Bosco agradeceu ao Dr.
69 Bruno pela apresentação e a participação dos demais conselheiros. Recomendou que a
70 questão da aquicultura deveria merecer atenção da Câmara Técnica de Integração de
71 Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras. Prosseguindo, informou que o
72 requerimento de urgência citado pela Cons. Ninon Machado havia sido apresentado à
73 mesa (**Anexo II**); disse que estava sendo solicitada a autorização para encaminhamento,
74 à Ministra Marina Silva, de uma proposta de alteração do Decreto nº 4.613, de
75 11/3/2003, no seu artigo 5º, parágrafos 5º e 6º, como previamente definido por este
76 Plenário em sua XII Reunião Extraordinária, de forma que ficasse permitido o custeio de
77 despesas dos representantes da sociedade civil nas atividades do CNRH, entendendo
78 como sociedade civil as associações que tratam dos direitos difusos e associações técnico-
79 científicas, com atuação no âmbito dos recursos hídricos. Após consulta ao Plenário, foi
80 aprovado o requerimento de urgência. **Item 3.1** da pauta – modificação da Resolução
81 referente à Divisão Hidrográfica Nacional – encaminhada pela Câmara Técnica do Plano
82 Nacional de Recursos Hídricos - CTPNRH. Com a palavra o Conselheiro Oscar de Moraes
83 Cordeiro Netto, representante das Organizações Técnicas e de Ensino e Pesquisa,
84 Presidente da Câmara Técnica, que explicou sobre a proposta de alteração nos anexos da
85 resolução já aprovada. Relatou sobre o processo de discussão da Resolução com o IBGE,
86 quando foram levantadas dúvidas, especificamente sobre a foz do rio Tocantins. Indicou
87 que o assunto foi tratado na CTPNRH e no Grupo de Trabalho especialmente criado para
88 formular aquela resolução. Em seguida, fez apresentação para explicar espacialmente a
89 modificação proposta. Relatou que consultas informais foram feitas ao CERH Pará e ao
90 Ministério da Defesa; concluiu opinando que as ponderações do IBGE seriam procedentes.
91 O Dr. João Bosco colocou a matéria em discussão. A Conselheira Hadijamine Fernandes,
92 representante do Ministério dos Transportes, encaminhou sugestões de forma ao texto da
93 proposta de resolução. Outras sugestões ao texto da resolução também foram
94 apresentadas pela Conselheira Maria Cristina Yuan, representante do segmento da
95 indústria. Em seguida, colocada em votação, a proposta de modificação da Resolução
96 sobre a Divisão Hidrográfica Nacional foi aprovada (**Anexo III**). **Item 3.2** da pauta –
97 proposta de resolução sobre critérios para o encaminhamento, ao CNRH, de projetos de
98 aproveitamento de recursos hídricos cujas repercussões extrapolem o âmbito dos estados
99 em que serão implantadas – encaminhada pela Câmara Técnica de Análise de Projeto -
100 CTAP. O Conselheiro Julio Thadeu, Presidente da CTAP, foi convidado para apresentar a
101 matéria. Explicou que a proposta de Resolução está relacionada ao artigo 35, inciso III,
102 da Lei 9.433, de 1997. Indicou que a matéria vem sendo discutida a algum tempo na
103 CTAP. Relatou que quando da apresentação dessa proposta de resolução durante a XII
104 Reunião Extraordinária do CNRH, havia sido recomendado que a CTAP solicitasse novas
105 sugestões aos conselheiros, levando-as em consideração em mais uma análise da
106 proposta de resolução. Como nenhuma sugestão foi apresentada, relatou, a matéria foi
107 encaminhada à Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais – CTIL, que
108 referendou-a e solicitou nova apresentação à Plenária do CNRH. Alertou que o inciso III,

do artigo 35, da Lei nº 9.433, de 1997, continuava sem regulamentação, permitindo que qualquer projeto com interferência nos recursos hídricos, em estudo ou implantação, fosse questionado em relação ao posicionamento do CNRH. Para tanto, destacou, a resolução procura estabelecer regras de encaminhamento. Aberta a palavra, o Conselheiro Flávio Antônio Neiva, representante do segmento das Concessionárias e Autorizadas de Geração de Energia Hidrelétrica, recomendou a inclusão de um dispositivo permitindo que o Presidente do CNRH decidisse sobre a matéria "ad referendum" do Plenário; em seguida, questionou sobre a forma de manifestação do Conselho com respeito aos projetos encaminhados. O Conselheiro Julio Thadeu se mostrou favorável à primeira proposição do Cons. Flávio Neiva e argumentou que o Conselho é soberano para reverter a decisão; com relação à forma de manifestação do CNRH, disse que seria dependente dos argumentos técnicos analisados pela Câmara Técnica, mas que obviamente decisões políticas também podem acontecer, uma vez que o CNRH é também um fórum político. O representante do Ministério de Minas e Energia, Conselheiro Miguel Antonio Cedraz Nery, sugeriu na redação do artigo 1º, o seguinte texto ao final: "ressalvados os casos regidos por legislação específica". A Conselheira Ninon Machado ponderou que a explicitação da contagem de prazo deveria ser mais precisa, e ainda, que os aspectos institucionais do projeto e as questões sobre uso do solo devem ser considerados. A Conselheira Maria Cristina Yuan fez comentários sobre alguns pontos abordados pelo Conselheiro Julio Thadeu, lembrando que o pedido de vistas citado havia partido do setor industrial; observou que os problemas levantados anteriormente ainda persistiam e que a proposta de resolução de fato não estabelece diretrizes gerais e perguntou: "Qual seria o posicionamento do CNRH, político ou técnico?". Questionou ainda sobre a forma de manifestação do CNRH. Opinou que não deveria ser o empreendedor o responsável pela "descrição das repercussões existentes" decorrentes do projeto (inciso III, do artigo 3º, da proposta de resolução), mas sim os órgãos gestores estaduais. O Conselheiro Julio Thadeu não concordou com a ponderação da Conselheira Maria Cristina Yuan; observou que a intenção não é facilitar para o empreendedor, diminuindo o tempo de análise. A Conselheira Maria Cristina Yuan, retomando a palavra, disse que da forma proposta na resolução o CNRH não estará instruído para deliberar. O Conselheiro Jerson Kelman disse que leu a proposta de resolução e não viu dificuldade de entendimento; disse que ela é meritória como está e que o Conselho deve decidir sobre o que seria "extrapolar" ou causar problema. Concluiu dizendo não há razão para conflito e que o órgão gestor deve, de forma prudente, aguardar a manifestação do CNRH nos projetos que ele avocar. O Conselheiro Rui Brasil Assis, do CERH do Estado de São Paulo, pediu alguns esclarecimentos e sugeriu mudanças de forma no texto. O Dr. João Bosco passou a palavra para o Conselheiro Mauro Ribeiro Viegas, representante do segmento industrial. Conselheiro ponderou que a discussão do assunto estava complexa; sugeriu que a matéria fosse retirada de pauta e todos aqueles que tivessem sugestões que as apresentassem posteriormente à CTAP. O Cons. Julio Thadeu discordou do Cons. Mauro Viegas, lembrando que a matéria foi retirada de pauta por várias vezes e os interessados não teriam apresentado nenhuma sugestão; acrescentou que a matéria não poderia deixar de ser votada. Observou que as sugestões de redação poderiam ser discutidas, mas que o tema está maduro para decisão; concluiu afirmando que não vê necessidade de retorno à Câmara Técnica. O Dr. João Bosco iniciou a discussão sobre o encaminhamento da matéria em função do que falaram os Conselheiros Mauro Viegas e Julio Thadeu. A Conselheira Maria Cristina Yuan pediu novamente a palavra para dizer que reconhece o esforço das Câmaras Técnicas, acha que o CNRH deve deliberar critérios que viabilizem a implementação da política de recursos hídricos, porém existem perguntas e dúvidas na proposta que não estão claros. O Dr. João Bosco colocou em votação a proposta de encaminhamento apresentada pelo Cons. Mauro Viegas. Como sugestão de encaminhamento, sugeriu ainda o Conselheiro Emerson Martins Costa, que fosse estabelecido um prazo para novas manifestações. O tema foi retirado da pauta e ficou definido um prazo de 15 dias para que os conselheiros

163 encaminhem à Câmara Técnica de Análise de Projetos todas as sugestões de redação, e
164 que a proposta de resolução retorne como item de pauta da próxima reunião do Conselho.
165 Passando para o **Item 3.3** da pauta – proposta de resolução sobre preenchimento de
166 vagas nas Câmaras Técnicas, conforme previsto no novo Regimento Interno do CNRH –
167 encaminhada pela CTIL. O Dr. João Bosco passou a palavra para o Conselheiro Julio
168 Thadeu, Presidente da CTIL, que explicou os motivos e a forma de elaboração da proposta
169 de preenchimento das vagas, assim como os critérios adotados pela Câmara Técnica. Foi
170 informado que os novos membros deverão cumprir mandato com prazo coincidente aos
171 dos demais membros da respectiva Câmara; salientou que a não inclusão como membro
172 não formal da Câmara não impede a participação. Aberta a palavra para discussão, o
173 Conselheiro Jairo Lousa, representante do segmento dos irrigantes, na qualidade de
174 membro da Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos – CTPNRH, informou
175 sobre a exclusão da representação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e
176 Comércio Exterior nesta Câmara Técnica e sobre a reivindicação oriunda da CTPNRH, de
177 inclusão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para a vaga. Com a palavra
178 o Conselheiro Miguel Cedraz, representante do Ministério de Minas e Energia, que
179 reivindicou uma vaga na CTIL. A Conselheira Ingrid Muller, representante do segmento
180 das Organizações Técnicas e de Ensino e Pesquisa, solicitou registro em ata que sua
181 solicitação de participação na CTIL e CTAS, dentro do prazo estabelecido para
182 manifestação de interesse, não foi atendida; perguntou se há possibilidade de reverter o
183 quadro, visto que o segmento só autoriza viagens aos membros titulares. A Conselheira
184 Glenda Barbosa, representante do segmento das Prestadoras de Serviço Público de
185 Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, disse que o segmento solicitou
186 participação na CTPNRH e não foi atendido; justificou sua solicitação e reiterou o pedido.
187 Após novas reivindicações, o Dr. João Bosco, retomando a palavra, colocou em votação a
188 proposta de Resolução na forma encaminhada pela CTIL; observou que, se aprovada, fica
189 solicitado à CTIL a elaboração de proposta para substituições progressivas baseada nos
190 pleitos não atendidos. A proposta de Resolução foi aprovada por maioria e será
191 encaminhada para publicação (**Anexo IV**). Passou-se ao **Item 4.1** da pauta – proposta
192 de moção recomendando que sejam revistas as exigências para requerimento do
193 CERTOH, estabelecidas no art. 4º, da Resolução ANA nº 194, de 2002 – encaminhada
194 pela Câmara Técnica de Análise de Projeto. Convidado para relatar o tema, o Dr.
195 Fernando Cabral, representante do Ministério de Integração Nacional, rememorou as
196 discussões anteriores trazidas pela ANA quando da implantação do CERTOH conforme
197 Resolução supracitada. Explicou os motivos que levaram a CTAP a solicitar uma
198 flexibilização das exigências previstas naquela Resolução. Com a palavra o Conselheiro
199 Jerson Kelman, representante da ANA, que elogiou a apresentação feita pelo Dr.
200 Fernando Cabral, acrescentando que a Resolução da ANA tem por objetivo impedir que
201 projetos sejam implantados em rios de domínio da União sem a devida sustentabilidade
202 operacional e hídrica. Destacou que a proposta de moção é pertinente no item 1,
203 reconhecendo o equívoco da ANA. Discordou sobre item 2 da moção, reconhecendo não
204 estar inteiramente ciente da pauta e que, portanto, deveria ter ouvido os representantes
205 da ANA que participaram da decisão de encaminhamento da moção. No entanto,
206 acrescentou, como a proposta de Moção fala sobre a sustentabilidade operacional e
207 hídrica das obras, e uma vez que a ANA, em conjunto com o IBAMA, pretende integrar os
208 procedimentos de licenciamento, não entendia como procedente o item 2. O Dr. João
209 Bosco colocou em votação a proposta de moção, que foi aprovada com a supressão do
210 item 2 (**Anexo V**). Em seguida, o Dr. João Bosco sugeriu que os trabalhos prosseguissem
211 sobre o intervalo para almoço, visto que a pauta proposta estava sendo finalizada; a
212 proposta foi aprovada. Passou-se então o **Item 4.2** da pauta – proposta de moção sobre
213 conjunto de demandas em ciência e tecnologia e de propostas de estudos e ações em
214 capacitação técnica e educação ambiental voltadas para a gestão de recursos hídricos –
215 encaminhada pela Câmara Técnica de Ciência e Tecnologia. Não estando presente o Dr.
216 José Edil Benedito, Presidente da Câmara Técnica de Ciência e Tecnologia, para

217 apresentar a Proposta de Moção, foi solicitado ao Dr. Roberto Monteiro que fizesse a
218 leitura da proposta de moção em pauta. Em seguida, o Conselheiro Francisco de Assis, do
219 segmento das Organizações Técnicas e de Ensino e Pesquisa, elogiou a proposta de
220 moção e leu e apresentou, em meio magnético, sugestões a serem agregadas ao
221 documento em causa. A Conselheira Cristina Yuan, por sua vez, parabenizou o trabalho
222 da Câmara Técnica, sugeriu que os considerandos fossem mais abrangentes, apresentou
223 sugestões ao texto principal da moção e sugeriu que fossem solicitadas contribuições ao
224 documento anexo a todos os conselheiros. A Conselheira Ninon Machado sugeriu enviar a
225 moção também ao Fundo Nacional de Meio Ambiente – FNMA, solicitou explicações sobre
226 o documento anexo e sugeriu, ainda, a busca de outras formas de comunicação que não
227 aqueles científicos e tecnológicos. O Conselheiro Jerson Kelman sugeriu maior
228 aprofundamento dos estudos nas questões de saneamento. O Dr. João Bosco solicitou que
229 as sugestões fossem encaminhadas por escrito à mesa. O Conselheiro Flávio Neiva
230 sugeriu aprovar a proposta de moção e seu anexo. O Conselheiro Francisco de Assis
231 opinou que todas as sugestões apresentadas fossem agregadas ao documento. A
232 Conselheira Maria Cristina Yuan destacou que a Câmara Técnica fez um excelente
233 trabalho de coleta de sugestão nos estados; propôs aprovar a proposta de moção na
234 forma encaminhada pela CTAP e que as sugestões ao documento anexo fossem
235 encaminhadas a CTCT, conforme opinião do Conselheiro Júlio Thadeu. O Conselheiro
236 Izidoro Zorzi, representante do segmento dos Comitês, Consórcios e Associações
237 Intermunicipais de Bacias Hidrográficas, observou que o documento anexo não é fechado,
238 as questões abordadas são dinâmicas; sugeriu aprovar a moção com o documento anexo
239 ficando em aberto. Retomando, o Dr. João Bosco fez reflexão sobre as sugestões advindas
240 dos Conselheiros e colocou em votação a seguinte proposta: vota-se a proposta de moção
241 com os todos os adendos apresentados. Com o assentimento dos conselheiros, a proposta
242 de moção foi votada e aprovada (**Anexo VI**), ficando as sugestões a serem
243 encaminhadas à mesa para incorporação ao documento e, ainda, que o documento seja
244 disponibilizado no site do Conselho para outras sugestões. Passou-se ao **Item 4.3** da
245 pauta – proposta de moção recomendando a adoção de medidas que visem ao
246 descontingenciamento dos recursos do CT-Hidro – encaminhada pela Câmara Técnica de
247 Ciência e Tecnologia. Foi convidado o Dr. José Edil Benedito, Presidente da Câmara
248 Técnica de Ciência e Tecnologia - CTCT, para apresentar a proposta de moção, com suas
249 respectivas justificativas. O Dr. José Edil informou sobre apresentação feita na Câmara
250 Técnica pelo Dr. Ivon Fittipaldi, quando foi relatado que os recursos destinados ao Fundo
251 Setorial de Recursos Hídricos – CT-Hidro, do qual é Diretor Presidente, estão sofrendo de
252 contingenciamento. Com isso, concluiu, foi proposta e finalizada, no âmbito da CTCT, a
253 presente proposta de moção. Aberta a palavra, a Conselheira Cristina Yuan sugeriu e
254 encaminhou à mesa modificações na proposta de moção. Acrescentou ainda que a citação
255 ao ano de 2003 poderia tornar a moção ineficaz. O Cons. Mauro Viegas externou seu
256 apoio ao documento e fez alerta sobre o contingenciamento dos recursos arrecadados
257 com a cobrança na área do CEIVAP; opinou que a credibilidade da Lei nº 9.433, de 1997,
258 estaria em questionamento. O Cons. Jerson Kelman também se posicionou favorável à
259 proposta de moção; observou, sobre a questão do CEIVAP levantada pelo Cons. Mauro
260 Viegas, que os empenhos da Ministra Marina Silva, da ANA e do próprio CNRH para o não
261 contingenciamento dos cinco milhões de reais arrecadados na bacia não lograram êxito.
262 Comentou que o compromisso assumido pela ANA de aplicação do valor arrecadado não
263 tem sustentabilidade. Evocou então a responsabilidade do CNRH, por estar no ápice da
264 pirâmide. Disse ainda que foi procurado pelo relator Jorge Bittar para debater a idéia de
265 criação de uma nova fonte para 2004, para receber os recursos da cobrança. Finalizando,
266 conclamou todos os conselheiros para, nesta fase de discussão do assunto, envidarem
267 esforços na proposta de soluções para o problema relatado. O Dr. João Bosco disse que
268 havia anotado as colocações e que o tema deveria ser mais aprofundado. Colocou então a
269 proposta de moção encaminhada pela CTCT em votação, com as ponderações e sugestões
270 encaminhadas; a matéria foi aprovada (**Anexo VII**). Em prosseguimento, o Dr.

271 João Bosco abordou o requerimento de urgência encaminhada pela Cons. Ninon Machado.
272 Informou que o encaminhamento havia atendido as exigências regimentais e fez um
273 resumo do seu teor: solicitação para que a Secretaria Executiva possa encaminhar
274 diretamente à Ministra Marina Silva, proposta, advinda das Câmaras Técnicas do CNRH,
275 de modificação do Decreto nº 4.613, de 2003, para viabilizar a participação dos
276 Conselheiros dos segmentos representantes das organizações civis de recursos hídricos
277 nas atividades do CNRH e suas Câmaras Técnicas. O Cons. Jairo Lousa reivindicou a
278 inclusão dos representantes dos setores usuários. Em resposta, o Dr. João Bosco
279 considerou a intenção, já discutida anteriormente em Plenário, de atendimento restrito às
280 organizações civis, nos moldes do CONAMA. Finalizadas as considerações, a proposta
281 encaminhada pelo requerimento de urgência foi colocada em votação e aprovada (**Anexo**
282 **II**). Passou-se então aos Informes. O Dr. Luiz Firmino, representante do Consórcio São
283 João, Estado do Rio de Janeiro, informou sobre evento a ser realizado pelo Consórcio em
284 Búzios-RJ e distribuiu aos presentes a programação. O Secretário prometeu disponibilizar
285 o convite na página do CNRH na *internet*. Prosseguindo, fez relato sobre conclusão dos
286 trabalhos do Grupo formado para encaminhara a Moção CNRH nº 20; aproveitou para
287 elogiar os trabalhos da CTCOB e as evoluções que ocorreram após a entrega da moção.
288 Prosseguindo, convidou o Cons. Carlos Eduardo Alencastre para informe do Fórum dos
289 Comitês, relativo ao PL nº 1.616, de 1999. O Dr. Alencastre comentou que alguns artigos
290 do PL representavam avanços, enquanto outros, retrocessos, no que diz respeito a
291 Comitês. Disse que o PL está em análise na última comissão, ainda passível de emendas.
292 Sugeriu que o texto do PL seja motivo de debate na CTIL e informou que o Fórum está
293 encaminhando sugestões ao relator, Dep. João Pizzolatti. Dando continuidade, o Dr. João
294 Bosco falou sobre encaminhamento da Moção CNRH nº 17, que recomenda à SRH e ANA
295 o desenvolvimento de programa para a consolidação do Sistema Nacional de
296 Gerenciamento de Recursos Hídricos e Implementação da Política Nacional de Recursos
297 Hídricos; leu Nota Técnica (**Anexo VIII**) elaborada em conjunto pelos dois órgãos e
298 solicitou aos membros da Secretaria Executiva a distribuição de cópia aos Conselheiros
299 presentes. O Cons. José Cisino, representante dos Irrigantes, convidou a todos para
300 participar do XIII Congresso Nacional de Irrigação, a ser realizado em Juazeiro-BA. O
301 Cons. Anivaldo de Miranda Pinto, CERH de Alagoas, informou sobre a realização da 2ª
302 Reunião Plenária do CBH São Francisco; destacou a elaboração da Declaração de Penedo,
303 reivindicando ao Governo Federal que nenhuma iniciativa para a transposição do rio São
304 Francisco seja adotada antes da aprovação do Plano de Recursos Hídricos da bacia;
305 distribuiu cópias aos interessados (**Anexo IX**). A Cons. Hadijamine Fernandes,
306 representante do Ministério dos Transportes, solicitou que seja providenciado o envio a
307 todos os Conselheiros, pela Secretaria Executiva, do informe SRH Notícias. O Cons.
308 Izidoro Zorzi, em nome do Fórum Nacional dos Comitês, fez relato sobre seu 5º Encontro,
309 realizado em Aracaju, com a participação de aproximadamente 750 pessoas; observou
310 que avanços significativos teriam ocorrido e que o próximo encontro será realizado em
311 2004, no Rio Grande do Sul, acrescentando que até esta data serão realizados encontros
312 regionais. Disse que o relatório do encontro está disponível no *site* da Rede das Águas. O
313 Cons. Antônio Evangelista registrou que o CEIVAP foi premiado pela Caixa Econômica
314 Federal como modelo de gestão. O Dr. João Bosco externou os parabéns ao CEIVAP. A
315 Cons. Anna Virginia prestou informações sobre o XXII Congresso Brasileiro de Engenharia
316 Sanitária e Ambiental; informou que o Plano Nacional de Recursos Hídricos foi motivo de
317 debates no evento. O Conselheiro Luiz Fernando Schettino, do CERH Espírito Santo,
318 informou e convidou para participação em quatro encontros regionais onde será discutido
319 o gerenciamento de recursos hídricos no Espírito Santo. Noticiou também o início das
320 discussões para criação do Comitê dos rios Santa Maria e Jucú, mananciais responsáveis
321 pelo abastecimento humano na região da Grande Vitória. A Cons. Glenda Barbosa
322 informou que a ASSEMAE recebeu prêmio da ONU pelas ações de saneamento,
323 abastecimento de água e tratamento de esgotos sanitários. O Cons. Jairo Lousa noticiou
324 sobre evento que vai ocorrer na região da bacia do rio Meia Ponte-GO, de cujo comitê é

325 vice-presidente, para inauguração de estação de tratamento de esgoto de Goiânia, uma
326 grande vitória que vai resolver 70% dos problemas de poluição daquele rio; informou
327 ainda que o governo de Goiás está construindo barramento no ribeirão João Leite,
328 afluente do Meia-ponte, visando a acumulação de água para abastecimento de Goiânia,
329 ambas ações merecedoras de elogios por parte do Comitê. O Dr. Samuel, da WWF,
330 sugeriu que as ações e projetos do PPA 2004/2007 relacionados à questão hídrica
331 deveriam ser discutidos no âmbito das Câmaras Técnicas do CNRH. O Dr. João Bosco
332 recomendou que a CTAP se encarregasse desse trabalho. A Conselheira Maria Cristina
333 Yuan informou que a Câmara Técnica de Qualidade e Controle Ambiental, do CONAMA,
334 aprovou a proposta de alteração da Resolução CONAMA nº 20; parabenizou o Dr. Roberto
335 Monteiro, na qualidade de coordenador dos trabalhos. Lamentou que grande parte dos
336 conselheiros do CNRH não tenha participado ativamente das discussões. A Cons. Ana Elisa
337 Xavier, representante do Ministério de Ciência e Tecnologia, fez relato sobre os recentes
338 editais do CT-Hidro (**Anexo X**), com a colaboração da Dra. Manuela Moreira, da
339 SRH/MMA. No relato informou sobre o montante total de 3 milhões de reais disponíveis
340 para aplicações do Fundo e prestou esclarecimentos sobre os editais. O Cons. Luiz
341 Fernando Schettino lembrou que a Campanha da Fraternidade 2004 versará sobre a água
342 doce. Recomendou convidar a CNBB para comentários sobre a campanha. O Dr. João
343 Bosco concordou com a sugestão. Prosseguindo, convidou a todos para participação na
344 Conferência Nacional do Meio Ambiente, destacando o fato dos Conselheiros do CNRH
345 serem delegados natos da Conferência, que ira realizar-se nos dias 28, 29 e 30 de
346 novembro deste ano. Tendo em vista a data da Conferência, ficou acertada a realização
347 da 10ª Reunião Ordinária do CNRH para o próximo dia 1º de dezembro. Em seguida, às
348 14:30 horas, o Secretário João Bosco Senra agradeceu a presença de todos,
349 parabenizando pelos trabalhos do dia. Deu por encerrada a XII Reunião Extraordinária do
350 Conselho Nacional de Recursos Hídricos e disse que, uma vez aprovada pelo Plenário do
351 CNRH, a presente ata seria assinada por ele, Secretário Executivo do CNRH, e pela
352 Ministra Marina Silva, Presidente do CNRH.

353

354 Ata aprovada na X Reunião Ordinária do CNRH, realizada em 1º de dezembro de 2003.

355

356

357

MARINA SILVA

Presidente

358

359

JOÃO BOSCO SENRA

Secretário Executivo